

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

---

**Maria Esperança Fernandes Carneiro** –UCG/UEG

edmundomagela@hotmail.com

**Teresa Cristina Barbo Siqueira** - UCG

teresabr@terra.com.br

**Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita** – UEG

mcristinadm@yahoo.com.br

**Wanderley Azevedo de Brito** – UEG

britoaw@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente artigo é uma reflexão que visa a contribuir para a compreensão da relação entre educação e trabalho, numa perspectiva dialética, em que o homem é entendido como um sujeito que se constrói permanentemente na relação consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade. A educação é própria dos seres humanos; a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. O homem necessita produzir sua própria existência pelo trabalho e pela educação, que é ao mesmo tempo exigência do e para o processo de trabalho.

**Palavras-chave:** educação, trabalho e dialética.

### INTRODUÇÃO

O ponto de partida para esta reflexão é o entendimento da relação entre educação e trabalho numa perspectiva dialética, na qual o homem é entendido como ser que se constrói permanentemente na relação consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade em que está inserido. Considerou-se que a educação pode ser espaço de transformação da vida social e, por conseguinte, das próprias relações de produção, pois ao mesmo tempo em que é modificada pelo mundo da produção, também é capaz de modificá-lo. É por isso que se torna importante para, redimensionar a ação educativa, desvelando o real espaço econômico-sócio-político no discurso e na prática educacional. Esse “desvelar” leva a repensar o processo educativo no sentido de oferecer ao sujeito condições de compreender o meio onde está inserido: social, econômico, político e cultural, para que possa interpretá-lo, vivenciá-lo e transformá-lo na medida de suas necessidades.

Saviane (2005) define ato educativo como aquele capaz de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade, que é construída historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens. A compreensão da natureza da educação se dá enquanto trabalho não-material, cujo produto não se separa do ato de produção, o que permite situar a especificidade da educação referida aos conhecimentos, às idéias, aos conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos, elementos necessários à formação da humanidade em

cada indivíduo singular. Este ato/processo se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas, que se travam entre os homens. A partir daí abre-se a especificidade dos estudos pedagógicos (ciência da educação) e a descoberta de formas adequadas para atingir este objetivo.

No processo educativo, só se aprende de fato quando se adquire o *habitus*, quando o objeto de aprendizagem se converte numa espécie de segunda natureza. Pela mediação da escola, dá-se a passagem do saber espontâneo (cultura popular) ao saber sistematizado (cultura erudita). Esse movimento é dialético, isto é, a ação escolar permite que se acrescentem novas determinações que enriquecem as anteriores e estas de forma alguma são excluídas, pois são reincorporadas pela interpretação científica.

Reafirmando, a educação é aqui compreendida como processo de formação e de aprendizagem socialmente elaborado e destinado a contribuir para a promoção da pessoa humana enquanto sujeito que pode tanto conservar como transformar a sociedade. O *locus* dessa aprendizagem formal é o espaço educacional, que é entendido como o tempo que o sujeito permanece na escola e durante o qual a escola, enquanto agência formadora, cumpre um papel que lhe é específico, qual seja, de socialização do saber historicamente elaborado e de oferecer condições de construção de novos conhecimentos.

## EDUCAÇÃO: UMA VIA DE CONFLITOS E RISCOS

É preciso que os educadores estejam atentos ao momento histórico vivenciado, promovendo a interação entre o conteúdo trabalhado, as vivências e o contexto social em que estão inseridos. É relevante que reflitamos sobre nossas próprias práticas, sobre os desafios que são postos no plano da ação concreta. O contexto mutante em que se vive indica caminhos que envolvem riscos e conflitos. De um lado, os educadores são chamados a uma ação pragmática e ativista diante da realidade excludente no mundo do trabalho e no mundo da educação. São chamados a executar propostas de educação concebidas de modo aligeirado, sob pressão do próprio senso comum das classes populares, que anseiam urgentemente por novas condições de sobrevivência, ou sob a pressão da demanda do capital, que anseia por novas formas de superação da crise de suas taxas de lucro.

De outro lado, os educadores enfrentam os riscos/conflitos de caírem no idealismo de propostas de ações educativas descoladas do real que, como resultado, se identificam com o imobilismo que não leva a nada, pois a práxis é a unidade promovida entre a teoria e a ação, que oportuniza e é capaz de superar estes riscos.

A terminologia marxista designa praxis como

o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações. Marx dizia que é preciso explicar a formação das ideias a partir da “práxis material”, e que, por conseguinte, formas e produtos da consciência só podem ser eliminados por meio da “inversão prática das relações sociais existentes”, e não por meio da “crítica intelectual” (ABBAGNANO, 1998, p. 786).

Por subversão da praxis, Engels entendeu, segundo Abbagnano (1998, p.786),

a reação do homem às condições materiais da existência, sua capacidade de inserir-se nas relações de produção e do trabalho e de transformá-las ativamente: esta possibilidade é a subversão da relação fundamental entre estrutura e superestrutura, em virtude da qual somente a primeira (a totalidade das relações de produção e do trabalho) que determina a segunda, constituída pelo conjunto das atividades espirituais humanas.

Nesse sentido, as teorias idealistas não resolverão a situação. É necessária uma ação humana, que tem a virtualidade de apreender densamente a realidade no plano do conhecimento e promover mudanças no plano histórico-social.

Para Konder (1992, p. 115),

a práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do auto-questionamento, da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

Ou seja, a reflexão e a ação, a teoria e a prática tencionam-se e fecundam-se respectivamente, ainda que seja na prática que as teorias sejam testadas, reconstruídas e historicamente validadas. Por isso é necessária uma atitude crítico-prática.

É segundo essa concepção de práxis que o presente trabalho se propõe a conceituar trabalho. Assim, para efeito de reflexão da relação educação/trabalho, entende-se que o trabalho é a atividade através da qual o homem transforma a natureza e é, ao mesmo tempo, por ela transformado. É a maneira pela qual o homem se relaciona com a natureza com a intenção de transformá-la e adequá-la a suas necessidades vitais.

Ao produzir seus meios de vida, o homem produz sua própria vida material e espiritual. Nesse sentido, a noção de produção pelo trabalho não apenas diferencia o homem dos animais como também o explica: é pela produção que se desvenda o caráter social e histórico do homem, e é também pela produção que o homem estabelece relações com seus semelhantes e produz conhecimentos, constrói a sociedade e faz história. Mas, para se ter acesso ao mercado trabalho na atualidade, ou seja, para produzir os seus meios de vida, é preciso, como evidencia Santos (1992, p.18), que,

na sociedade complexa em que vivemos, os indivíduos não só têm de ser preparados para a vida social e política, mas também para o trabalho, para o desenvolvimento de suas habilidades e, ainda, para “sistematizar e organizar o conhecimento universal, a produção científica, as conquistas da tecnologia e da cultura mundial. Cabe à escola [esta tarefa].

As mercadorias educação/saber são disputadas no mercado de forma desigual: aos privilegiados são dados os privilégios da qualidade e da ciência, mas como observa Silberman (In: ENGUITA, 1989, p. 165)

“longe de ajudar os estudantes a se desenvolverem como indivíduos maduros, auto-suficientes e automotivados, as escolas [consequentemente a educação para os trabalhadores] parecem fazer tudo para manter os jovens em um estado de dependência crônica, quase infantil.”

Dando-lhes a ideia de que não são capazes de regular sua própria conduta, que não possuem valor, nem mérito próprio.

O trabalho do professor passa a ser o de

ensinar crianças e jovens a comportar-se da forma que corresponde ao coletivo ou categoria em que foram incluídos, exigindo e premiando a conduta correspondente e rejeitando e mesmo penalizando tudo o que possa derivar de outras características como indivíduos ou, ao menos, tudo o que delas possa manifestar-se na escola ou chegar a afetar a relação pedagógica. (ENGUITA, 1989, p. 168)

A partir das afirmações de Enguita, é possível estabelecer uma conexão entre o processo de construção da escola no ocidente e o desenvolvimento das relações de produção no capitalismo, e assim se pode perceber a conexão entre a pedagogia utilizada e os interesses do sistema. Para o autor, a escola moderna e seus métodos de aprendizagem e conteúdos pedagógicos são produtos da relação estabelecida entre a escola e o sistema de produção da sociedade. Esta visão decorre da tese sustentada pelo autor de que, em todas as sociedades há sempre uma relação entre o processo educativo e as relações sociais de produção. Afirma Enguita (1989, p. 105) que “sempre existiu algum processo preparatório para a integração nas relações sociais de produção, com freqüência alguma instituição, que não a própria produção em que se efetuou este processo”.

Somente com o triunfo dos que entendiam que a escola poderia ser útil para moldar os trabalhadores para as necessidades das novas formas de trabalho, que ela passou a ser planejada com este intuito. Isto consiste em fazer do trabalhador um elemento ao mesmo tempo eficiente e dócil.

Mas a proliferação da indústria iria exigir um novo tipo de trabalhador [...] se os meios para dobrar os adultos iam ser a fome, o internamento ou a força, a infância (os adultos das gerações seguintes) oferecia uma vantagem de poder ser modelada

desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho (ENGUIITA, 1989, p. 113).

As escolas seriam, então, as formas de consolidar a ideologia industrial e capitalista nas novas gerações, através da doutrinação/prática proveniente das relações entre escola e aluno, que constituiriam a “face oculta” das escolas. Assim, toda a disciplina e as regras escolares não teriam outra função que não a de preparar o jovem para a sua vida como trabalhador, de forma que ele assimilasse esta situação desde a infância, para que, ao chegar à vida adulta, isto já tivesse sido internalizado. Nesse sentido, a escola e, conseqüentemente, a educação, aparece, ou melhor, revela suas conexões com o processo de produção e assim vão conformando atitudes, disposições, preconceitos, normas e valores sociais. “A escola é uma instituição total de tempo parcial” (ENGUIITA, 1989, p. 157). Esta formação/conformação é ocultada pela ideologia dominante que busca fazer com que se acredite na educação como um bem igualmente distribuído para todos.

A ideologia do poder não apenas torna opaca a realidade, como também provoca “miopia” no sujeito/observador, deixando-o frágil e indeciso. Muitas vezes os professores, por exemplo, preferem aceitar as teorias e as práticas idealistas do que se posicionar como sujeitos históricos e investir no desvelar da realidade.

## FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, A ÚNICA MERCADORIA QUE CRIA MAIS VALOR

A educação e a escola seriam espaços privilegiados na sociedade industrial e contemporânea da revolução informacional e das novas tecnologias (microeletrônica, informática, comunicação por satélite, robótica, engenharia genética, fibras óticas, química fina, novos materiais etc) para formar os sujeitos para o trabalho, ou seja, formar a força de trabalho.

A qualificação para o trabalho passa, portanto, pela educação e tem no ensino o seu fio condutor que, para Enguita (1993, p.189), “é qualificação da força de trabalho e parte do processo de produção desse valor de uso da força de trabalho, que consiste em produzir um valor de troca superior ao próprio”. Portanto, a qualificação da força de trabalho depende dos investimentos sociais que são despendidos para a sua formação em geral.

Lúcia Bruno (1996, p. 92) afirma que:

a qualificação diz respeito à capacidade de realização das tarefas requeridas pela tecnologia capitalista. Esta capacidade pressupõe a existência de dois componentes básicos: um muscular e outro intelectual, que têm sido combinados de diferentes formas das sucessivas fases do capitalismo e nos diversos tipos de processo de trabalho. [...] é qualificada aquela força de trabalho capaz de realizar as tarefas decorrentes de determinado patamar tecnológico e de uma forma de organização do processo de trabalho. Isto já confere ao termo temporalidade e relativiza seu conteúdo, à medida que em cada estágio de desenvolvimento social e tecnológico e em cada forma de organização do trabalho novos atributos são agregados à qualificação e novas hierarquizações são estabelecidas entre eles.

É de se perguntar que ser social/homem é este, passível de formação/qualificação? E a resposta que se encontra para a pergunta formulada é que o homem é um ser que se produz pelo trabalho. O conteúdo da essência humana reside no trabalho. Portanto, é pelo trabalho que os homens produzem a si mesmos. Logo, o que o homem é, o é pelo trabalho. O trabalho é, pois, a essência humana e o princípio educativo por excelência.

As Teses de Marx, que se anteciparam em “*A ideologia alemã*”, já revelavam a nova concepção de homem como podemos ler na VI tese, em que Feuerbach “dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 1977, p. 13).

A seguir, Marx aprofunda a compreensão do ser humano e explica a natureza humana e/ou a realidade humana do homem como um ser prático e social, produzindo-se a si mesmo através de suas objetivações (a práxis, em que o processo do trabalho é o momento privilegiado) e organizando suas relações com os outros homens e com a natureza, conforme o nível de desenvolvimento dos meios pelos quais se mantém e se reproduz enquanto homem.

É na existência concreta dos homens, nas contradições da realidade “e não numa essência externa” que se conhece/decifra o que o homem é, ou seja, “tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são o que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com o que produzem como o modo como produzem” (MARX e ENGELS, 1977, p. 28).

Segundo Marx e Engels, deve-se partir de fatos reais, da produção material dos bens, e das relações sociais que eles engendram. Porque o real, como explica Chauí (1981, p. 19),

não é um dado sensível ou intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo como homens determinados em condições determinadas entram em relação entre si e com a natureza.

Relações essas, que são sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas e que os homens podem tanto conservar como transformar. Para interpretar o real no método histórico dialético, parte-se das determinações mais simples, do mais imediato que se oferece

à observação e percorre-se o processo contraditório da constituição do real, construindo e evoluindo para um sistema de relações e mediações que não são dadas à observação.

O real em questão a ser desvelado é a relação entre trabalho e educação em condições determinadas, ou seja, no capitalismo. O que interessa é que, no modo capitalista de produção, tudo é transformado em mercadoria. A essência do capitalismo é a mercantilização universal, seja das coisas, seja das pessoas e das suas relações. Portanto, faz-se necessário decifrar o que é mercadoria.

Para Marx, mercadoria é considerada a forma mais simples, porém a mais abstrata do modo de produção capitalista e, quando observada na sua aparência vê-se apenas uma infinidade de mercadorias que são produzidas, acumuladas, distribuídas e consumidas. Entretanto, existem mais mercadorias do que à primeira vista se pode imaginar, pois o trabalhador que, no primeiro momento aparece como ser humano, não é mais que uma mercadoria, ou seja, força de trabalho. Ressalta-se que é a força de trabalho humano quem produz todas as mercadorias, entretanto, a força de trabalho é vendida como outra mercadoria qualquer no mercado, isto é, trocada por salário.

O preço da mercadoria não aparece no momento que ela vai para o mercado, mas seu valor é produzido desde o primeiro momento pela quantidade de trabalho necessário para fabricar o produto. Por exemplo: para uma cadeira de madeira, o seu preço é determinado desde o trabalho de se extrair a madeira, beneficiá-la e transformá-la. Esses processos são tempos de trabalho, entram como custo de produção, e em cada período o trabalhador recebe como salário apenas uma parte do trabalho produzido. O salário tem a finalidade de prover a subsistência do trabalhador, para que ele se reproduza e retorne à produção de mercadorias. A função do salário é de recriar o trabalhador.

O salário não é determinado pelo capitalista, mas sim “pela taxa de lucro do capital e essa taxa de lucro é determinada socialmente” (MARTINS, 1980, p. 200). Um capitalista não pode aumentar a seu bel prazer o salário de seus trabalhadores, pois sua taxa de lucro cairia em relação aos outros capitalistas e viriam os prejuízos, obrigando-o a deixar de ser um capitalista.

Assim, “o capital não está a serviço do capitalista. Muito ao contrário, o capitalista é que está a serviço do capital” (MARTINS, 1980, p. 201). Apesar de trabalhadores e capitalistas serem dominados pelo capital, os primeiros perdem e os segundos ganham nesta troca que, apesar de aparentemente ser uma troca entre iguais, produz resultados muito diferentes: os primeiros recebem salários (que lhes permitem apenas a reposição dos meios de vida necessários para sua reprodução enquanto trabalhadores) e os segundos recebem o lucro,

pois nessa relação social de troca o capitalista aumenta o seu capital apropriando-se da mais-valia, isto é, do trabalho não pago.

Uma vez que se efetua uma aparente troca entre equivalentes, o trabalhador demora para descobrir que é o seu trabalho que aumenta a massa de lucro.

É nesse sentido que emerge o outro lado da alienação da força de trabalho do trabalhador no capitalista: ele não se vê como é, mas como parece ser como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Por isso, além de alienar, de entregar o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega (MARTINS, 1980, p. 203).

A partir de determinado momento do processo histórico, com a apropriação privada do produto do trabalho por outro indivíduo que não é o trabalhador-produtor, o trabalho, enquanto elemento de humanização, é degradado, é estranhado, ou seja,

o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser alheio, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa é a objetivação do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua objetivação. No estado econômico-político esta realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação, como exteriorização (MARX, 1983, p. 149).

A exploração do trabalho, ou seja, a apropriação da mais-valia, o trabalho não pago, é ofuscada e encoberta pela ideologia, que, por sua vez, é o instrumento de dominação da classe dominante que, como tal, oculta a origem e a existência da divisão da sociedade em classes contraditórias e em luta.

## IDEOLOGIA

A ideologia precisa ocultar a exploração de tal modo que os explorados acreditem na legitimidade da existência de desigualdade, e da justiça da existência das classes sociais. Na realidade,

se a dominação e a exploração de uma classe for perceptível como violência, isto é, como poder injusto e ilegítimo, os explorados e dominados se sentem no justo e legítimo direito de recusá-la, revoltando-se. Por este motivo, o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidos em sua realidade concreta. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação (CHAUÍ, 1981, p. 103).

Portanto, o que a ideologia quer ocultar é que o capital é trabalho humano acumulado de anônimos trabalhadores; é um produto social contraditoriamente acumulado nas mãos dos



capitalistas. Ou seja, capital é trabalho não pago. De acordo com Chauí (1981), a ideologia representa o real e a prática social através de uma lógica coerente. Esta lógica ideológica é lacunar, isto é, nela os encadeamentos se realizam não a despeito dos silêncios (das lacunas), mas graças a elas; sua coerência depende de sua capacidade de ocultar sua própria gênese, que é a divisão social de classe, ou seja, deve aparecer como verdade já feita e já dada, desde todo o sempre, como um fato “natural” ou “eterno”. Reafirmando Chauí (1981, p. 72): “Ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos.”

Os indivíduos, certamente, não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura. Eles se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e estar no mundo, formas de falar e agir, condutas e posturas apropriadas, na maioria das vezes diversas. Os indivíduos se produzem, portanto, nas e pelas relações sociais de poder que são assimiladas como um sistema de valores, ideias, práticas, preconceitos, dogmas etc.

No trabalho de reflexão sobre o que é a mercadoria e como a ideologia oculta sua gênese, foi preciso ir além do imediato e da aparência, buscando compreender as contradições e os antagonismos. É nesse movimento que se busca perceber a complexidade do resultado de interpretar o que são relações sociais, as relações de produção, ainda que a mercadoria apareça como um bem que se compra e se consome.

O dinheiro também é uma mercadoria, só que estabelece uma equivalência social geral para as demais mercadorias, complicando ainda mais a compreensão, num primeiro olhar imediato, sobre a sociedade capitalista.

Essa equivalência social geral estabelecida pelo dinheiro permite que as mercadorias passem a ter vida própria e comecem a se relacionar umas com as outras. Um carro zero km equivale a um jeito de viver; uma calça da Fórum equivale a uma vida de jovem de classe alta; um trabalhador da construção civil vale 5,00 dólares a hora trabalhada e um médico vale 50,00 dólares a hora, o diploma de curso superior da Universidade de São Paulo (USP) ou da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) ou quem sabe da UNICAMP confere prestígio intelectual. É o fetiche da mercadoria, seja ela um objeto, seja um diploma/educação, pois este fetiche passa a ter poder e a dominar com uma força estranha o querer e o sentido dos homens, num consumismo enlouquecido. A aparência social se transforma na própria realidade social, na qual as mercadorias se humanizam, viram gente, e os homens são transformados em coisa. É a reificação.

Em contrapartida, as coisas produzidas e as relações entre elas (produção, distribuição, circulação, consumo) se humanizam e passam a ter relações sociais. Produzir, distribuir, comercializar, acumular, consumir, investir, poupar, trabalhar, todas essas atividades econômicas começam a funcionar e a operar sozinhas, por si mesmas, com uma lógica que emana delas próprias, independentemente dos homens que as realizam. Os homens se tornam os suportes dessas operações, instrumentos delas [...] são ameaçados e perseguido por elas. Tornam-se objetos delas. Basta pensar no trabalhador submetido às “vontades” da máquina regulado por um “cérebro eletrônico” [...] (CHAUÍ, 1981, p. 58-59).

A produção e a reprodução das condições de existência se fazem pelo trabalho, ou seja, o ser humano estabelece relações com os outros seres humanos e com a natureza. Tais relações são também de divisão do trabalho, relações de necessidades e cooperação, de troca entre os homens, mas ainda da procriação, da sexualidade da família, que são estabelecidas em cada tempo histórico e constituem o conjunto das forças produtivas. O processo de produção determina e é determinado pela divisão social do trabalho, pela divisão das classes sociais, ou seja, das formas de propriedade.

A divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica: a existência de diferentes formas da propriedade, isto é, a divisão entre as condições e instrumentos ou meios do trabalho e o próprio trabalho, incidindo por sua vez, na desigual distribuição do produto trabalho. Numa palavra: a divisão social do trabalho engendra e é engendrada pela desigualdade social ou pela forma da propriedade (CHAUÍ, 1981, p. 61).

A educação no sistema capitalista, ainda que sob o protesto indignado dos humanistas e dos idealistas, é uma mercadoria, apesar de suas especificidades. A melhor educação é comprada por uma minoria, e os preços são elevados; ou seja, tem acesso a essa educação os filhos das classes dominantes que puderem pagar. Portanto, educações no sistema capitalista existem em função da divisão do trabalho, fundamentando-se em diferentes formas de propriedade, em diferentes tipos e níveis de qualidade, bem como em diferentes preços, gerando diferentes formas de formação/qualificação da força de trabalho. Desde a reorganização produtiva advinda da revolução da automação, Bernardo (1992, p. 8) afirma que o

período de formação prévio ao assalariamento não se limita a uma utilidade econômica, por incultar nos jovens conhecimentos técnicos e uma disciplina de base sem os quais não se podem tornar produtores. A reorganização das relações de trabalho transformou a própria escola numa instituição capitalista, numa verdadeira empresa, dirigida por gestores e integrando-se o pessoal docente na classe trabalhadora.

Marx desvela, com sua análise da sociedade capitalista, as contradições do movimento social da sociedade burguesa, que é cindida/cortada por uma contradição insanável, que é o caráter social da produção realizada pelos trabalhadores e sua apropriação

pelos capitalistas. A desvalorização crescente da profissão de docente, que se expressa muito bem nos baixos salários, no aligeração da formação, nas precárias condições de trabalho etc., tem levado muitos à falta de esperança e ao imobilismo. Seria importante lembrar e apresentar àqueles que desconhecem a força que poderá ter esta categoria, como apresenta Bernardo (1992).

Os docentes/professores são trabalhadores que guardam uma especificidade do ponto de vista político, pois são eles que formam/qualificam os futuros trabalhadores. Esta realidade confere poder aos professores/formadores que qualificam a força de trabalho, possibilitando a produção da mais-valia relativa, “cobiçada pelos capitalistas”, pois convertem trabalho simples em trabalho complexo, *que produz um maior valor de troca, gastando o mesmo tempo de trabalho*. Este poder poderá resultar em estratégias políticas de socialização do conhecimento crítico sobre as estruturas sociais básicas e formar sujeitos, seres humanos capazes de contribuir para transformação social. Neste sentido, em concordância com a CONARCFE (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador) /ANFOPE (Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação), defende-se que o profissional/educador é aquele que

domina determinado conteúdo técnico, científico e pedagógico que traduz o compromisso ético e político com os interesses da maioria da população brasileira; é capaz de perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere, assumindo, assim, seu compromisso histórico (ANFOPE, 1983, p.4 e 5).

Entretanto, é preciso correr o risco de desvelar as contradições da sociedade capitalista, organizar-se e preparar educadores e educandos para lutar pela humanização crescente, visando a transformação das bases socioeconômicas, políticas e culturais para construção de uma nova ordem social.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANFOPE. *Documento Final do I Encontro Nacional*. Niterói, 1983. Disponível em <<http://www.lite.fae.unicamp.br>>. <http://www.anfopepe.hpg.br>>. Acesso em 11 out. 2006.

BERNARDO, J. Prefácio. In: SANTOS, O. J. dos. *Pedagogia dos Conflitos Sociais*. Campinas/SP: Papyrus, 1992.

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, L. (org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas*. São Paulo, Atlas, 1996.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

KONDER, L. *O Futuro da Filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 22, abr. 1980. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Primeiro manuscrito (parte final) In: MARX; ENGELS. *Hitória*. FERNANDES, F. (org.) São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 36)

MESZAROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, O. J. dos. *Pedagogia dos conflitos sociais*. Campinas: Papyrus, 1992. (Col. Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.